

# **Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.**

**Demonstrações contábeis regulatórias em  
31 de dezembro de 2025 e 2024**

**Com Relatório dos Auditores Independentes**

# Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstrações contábeis regulatórias

### Índice

#### Relatório da Administração regulatório

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	1
BALANÇO PATRIMONIAL .....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	8
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	9
1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2 SETOR ELÉTRICO NO BRASIL .....	10
3 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	11
4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	12
5 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS .....	15
6 IMOBILIZADO .....	17
7 INTANGÍVEL .....	20
8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS .....	21
9 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	23
10 TRIBUTOS A RECOLHER.....	25
11 TRIBUTOS DIFERIDOS.....	26
12 PROVISÕES PARA LITÍGIOS.....	26
13 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA .....	28
14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	30
15 RECEITA OPERACIONAL BRUTA .....	32
16 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE.....	32
17 PESSOAL E ADMINISTRADORES.....	33
18 RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	33
19 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO .....	34
20 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS.....	37
21 CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO .....	43
22 EVENTOS SUBSEQUENTES .....	43



**Shape the future  
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi  
Av. Washington Soares, 55  
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó  
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil  
Tel: +55 85 3392-5600  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.**  
Teresina - PI

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future  
with confidence**

## **Outros assuntos**

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2026.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

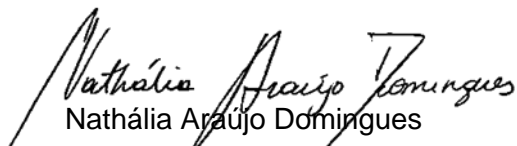


**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC CE-001042/F

  
Nathália Araújo Domingues  
Contador CRC CE-020833/O

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9.3	41.554	219.586	Fornecedores		471.327	408.679
Investimentos temporários	9.3	908.154	835.893	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	837.332	756.436
Consumidores	5	784.811	727.191	Obrigações sociais e trabalhistas		24.393	28.410
Concessionárias e permissionárias	5	2.287	13	Tributos a recolher	10	214.179	126.725
Serviços em curso		65.615	111.946	Dividendos declarados		120.362	69.585
Tributos compensáveis		154.501	139.915	Provisões para litígios	12	207.954	44.747
Depósitos judiciais e cauções	12	189	189	Encargos setoriais		48.123	90.969
Almoxarifado operacional		18.283	9.169	Passivos financeiros setoriais	8	184.107	340.653
Ativos financeiros setoriais	8	292.932	203.294	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	10.875	388
Despesas pagas antecipadamente		5.523	3.878	Outros passivos circulantes		273.957	246.449
Instrumentos financeiro derivativos	9.4	-	85.469	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.392.609</b>	<b>2.113.041</b>
Outros ativos circulantes		229.172	167.870				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.503.021</b>	<b>2.504.413</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	3.770.331	3.460.207
Títulos e Valores Mobiliários		-	73	Benefício pós emprego	9.2	4.387	4.939
Consumidores	5	109.050	133.673	Tributos a recolher	10	275	574
Serviços em curso		22.487	17.674	Provisões para litígios	12	125.626	118.965
Tributos compensáveis		110.256	87.478	Encargos setoriais		14.079	20.151
Tributos diferidos	11	650.978	1.063.469	Tributos diferidos	11	145.311	566.907
Depósitos judiciais e cauções	12	22.936	28.216	Passivos financeiros setoriais	8	121.632	141.836
Investimentos Temporários		82	-	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	97.721	24.965
Ativos financeiros setoriais	8	509.968	144.161	Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	13	1.650.923	1.765.790
Despesas pagas antecipadamente		1.716	-	Outros passivos não circulantes	20	19.865	33.914
Instrumentos financeiro derivativos	9.4	20.694	52.654	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>5.950.150</b>	<b>6.138.248</b>
Benefício pós-emprego		374	307	<b>Patrimônio líquido</b>			
Outros ativos não circulantes		891	896	Capital social	14	633.577	543.433
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		107	111	Reserva de capital	20	18.532	16.877
Imobilizado	6	5.885.321	5.389.217	Outros resultados abrangentes	20	(121.387)	(127.396)
Intangível	7	184.203	155.392	Reserva de lucros	20	1.148.576	863.461
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>7.519.063</b>	<b>7.073.321</b>	Proposta para distribuição de dividendos adicionais	14.2	27	30.070
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.679.325</b>	<b>1.326.445</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.022.084</b>	<b>9.577.734</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>10.022.084</b>	<b>9.577.734</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstração do resultado



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Operações em continuidade			
<b>Receita / Ingresso</b>	15	<b>4.978.063</b>	4.328.361
Fornecimento de energia elétrica		3.732.529	3.665.669
Suprimento de energia elétrica		50.483	23.501
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		188.969	149.043
Ativos e passivos financeiros setoriais		444.204	(703)
Serviços cobráveis		5.773	5.988
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		556.105	443.330
Outras receitas		-	41.533
<b>Tributos</b>		<b>(1.242.214)</b>	(1.133.531)
ICMS		(922.580)	(817.653)
PIS-PASEP		(56.897)	(62.459)
COFINS		(262.071)	(252.837)
ISS		(666)	(582)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(298.982)</b>	(271.330)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(17.409)	(14.410)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(17.451)	(14.410)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(222.685)	(230.982)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(4.930)	(4.576)
Outros encargos		(36.507)	(6.952)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>3.436.867</b>	2.923.500
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(1.700.053)</b>	(1.589.960)
Energia elétrica comprada para revenda	20	(1.323.826)	(1.190.472)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	20	(376.227)	(399.488)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>1.736.814</b>	1.333.540
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(822.940)</b>	(752.329)
Pessoal e administradores	17	(95.595)	(84.688)
Material		(11.185)	(12.448)
Serviços de terceiros		(298.325)	(280.292)
Arrendamento e aluguéis		(4.321)	(3.457)
Seguros		(658)	(496)
Doações, contribuições e subvenções		(3.187)	(3.479)
Provisões		(111.776)	(135.665)
Perdas na alienação de bens e direitos		(44.720)	(28.033)
(-) Recuperação de despesas		7.615	7.943
Tributos		(1.921)	(1.803)
Depreciação e amortização		(247.704)	(213.864)
Gastos diversos		(41.483)	(38.976)
Outras receitas operacionais		44.933	60.719
Outras gastos operacionais		(14.613)	(17.790)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>913.874</b>	581.211
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(359.259)</b>	(275.487)
Despesas financeiras	20	(1.051.226)	(773.002)
Receitas financeiras	20	691.967	497.515
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>554.615</b>	305.724
<b>Despesa com impostos sobre o lucro</b>		<b>(104.868)</b>	(7.836)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(112.342)	(12.403)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	7.474	4.567
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>449.747</b>	297.888
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		429.398	284.410
Acionistas não controladores		20.349	13.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

### Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	449.747	297.888
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Reserva de reavaliação	(34.508)	56.011
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	30.867	(24.298)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(3.641)	31.713
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>446.106</b>	<b>329.601</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	Outros resultados abrangentes					Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Outros	Reserva de reavaliação	Reservas de lucro			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	375.981	12.105	(228.504)	148.356	709.921	5	-	1.017.864
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	232.581	232.581
Aumento de capital	95.720	-	-	-	(95.720)	-	-	-
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	-	2.611	-	-	-	-	-	2.611
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Resultado abrangente no exercício	-	-	-	-	-	-	33.767	(145.531)
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(179.298)	-	-	-	-
Resultados abrangentes ( <i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	71.947	-	-	-	-	71.947
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	9.634	-	(9.634)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	62.098	-	(62.098)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(45.760)	(45.760)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	117.806	(117.806)	-
Realização da reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	(9.747)	-	-	(9.747)
Realização do AIC	-	-	19.473	-	-	-	(19.473)	-
Outras reservas	-	-	-	-	11.577	-	(11.577)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>471.701</b>	<b>14.716</b>	<b>(137.084)</b>	<b>(30.942)</b>	<b>687.763</b>	<b>117.806</b>	<b>0</b>	<b>1.123.960</b>
Aumento de capital	71.732	-	-	-	(71.732)	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	297.888	297.888
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	66.204	66.204
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(117.806)	-	(117.806)
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	14.418	-	(14.418)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	75.727	-	(75.727)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(68.487)	(68.487)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	30.070	(30.070)	-
Realização do AIC	-	-	8.988	-	-	-	(8.988)	-
Realização de reservas de lucro a realizar	-	-	-	-	(1.095)	-	-	(1.095)
Outras reservas	-	-	-	-	166.402	-	(166.402)	-
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	56.011	(8.022)	-	-	47.989
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	-	1.625	-	-	-	-	-	1.625
Valor justo de opção de compra Matching shares - <i>vesting period</i>	-	536	-	-	-	-	-	536
Resultado de <i>hedge</i> accounting	-	-	(36.815)	-	-	-	-	(36.815)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	12.517	-	-	-	-	12.517
Resultado benefício pós-emprego	-	-	(108)	-	-	-	-	(108)
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego	-	-	37	-	-	-	-	37
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>543.433</b>	<b>16.877</b>	<b>(152.465)</b>	<b>25.069</b>	<b>863.461</b>	<b>30.070</b>	<b>0</b>	<b>1.326.445</b>
Aumento de capital	90.144	-	-	-	(90.144)	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	449.747	449.747
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	65.517	65.517
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(30.070)	-	(30.070)
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	20.554	-	(20.554)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	107.607	-	(107.607)	-
Desrecomposição de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	(4.126)	-	4.126	-
Recomposição de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	700	-	(700)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(97.632)	(97.632)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	27	(27)	-
Realização do AIC	-	-	8.988	-	-	-	(8.988)	-
Realização de reservas de lucro a realizar	-	-	-	-	(22.725)	-	-	(22.725)
Outras reservas	-	-	-	-	283.882	-	(283.882)	-
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(34.508)	(10.633)	-	-	(45.141)
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	-	570	-	-	-	-	-	570
Valor justo de opção de compra Matching shares - <i>vesting period</i>	-	1.085	-	-	-	-	-	1.085
Resultado de <i>hedge</i> accounting	-	-	46.768	-	-	-	-	46.768
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(15.901)	-	-	-	-	(15.901)
Resultado benefício pós-emprego	-	-	1.003	-	-	-	-	1.003
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego	-	-	(341)	-	-	-	-	(341)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>633.577</b>	<b>18.532</b>	<b>(111.948)</b>	<b>(9.439)</b>	<b>1.148.576</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>1.679.325</b>

# Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	2025	2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	449.747	297.888
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalente de caixa</b>		
Amortização/Depreciação	247.704	213.864
Juros e variações monetárias	234.215	613.244
Baixas no intangível/ ativo imobilizado	(34.042)	(96.033)
Reversão para perdas de estoques	10.729	4.473
Ativos/passivos financeiros setoriais	(631.153)	11.473
Provisão para litígios	187.362	20.629
Provisão e atualização de encargos setoriais	30.542	30.542
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	130.049	130.049
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	104.868	7.836
Ajuste a valor presente	14.660	12.852
Resultado em hedge accounting de fluxo de caixa	267.496	(230.168)
Rendimentos de investimentos temporários	(102.896)	(86.068)
Obrigações Pós-Emprego	699	788
Valor justo das opções de compra	8.678	75
Participação nos lucros	9.860	9.860
Encargos de geração distribuída	2.669	2.669
Proventos excedentes	65.517	66.204
<b>Subtotal</b>	<b>996.704</b>	<b>1.010.177</b>
<b>Redução (Aumento) de ativos</b>		
Consumidores	(155.270)	(44.195)
Concessionários e permissionárias	(2.274)	3.330
Almoxarifado operacional	(9.114)	(2.559)
Tributos compensáveis	(37.364)	(39.471)
Ativos financeiros setoriais	(5.034)	-
Serviços em curso	24.086	(21.212)
Outros ativos	(61.297)	19.542
Despesas pagas antecipadamente	(3.361)	(626)
Depósitos vinculados a litígios	5.280	2.872
Encargos setoriais a compensar	-	1.680
	<b>(244.348)</b>	<b>(80.639)</b>
<b>Aumento (Redução) de passivos</b>		
Fornecedores	38.601	(101.648)
Obrigações sociais e trabalhistas	(63.312)	(59.883)
Tributos	437.412	41.620
Encargos setoriais	(62.028)	(26.448)
Passivos financeiros setoriais	-	15.886
Benefício e obrigações pós emprego	(315)	(143)
Tributos diferidos	(408.682)	(142)
Provisão para litígios	(17.494)	(23.846)
Outros passivos	7.759	78.700
	<b>(68.059)</b>	<b>(75.904)</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>684.297</b>	<b>853.634</b>
Juros pagos	(79.468)	(287.023)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.876)	(5.260)
Rendimentos de aplicações financeiras	(224.354)	86.068
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>321.599</b>	<b>647.419</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições no ativo imobilizado	(798.152)	(600.382)
Aquisições no ativo intangível	(50.249)	(45.135)
Aquisição em obrigações especiais	7.661	55.272
Resgates / Aplicações financeiras	(63.888)	(235.269)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(904.628)</b>	<b>(825.514)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	1.532.258	946.042
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(1.087.023)	(582.480)
Dividendos pagos	(99.650)	(173.334)
Recebimento de instrumentos derivativos	59.412	31.898
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>404.997</b>	<b>222.126</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(178.032)</b>	<b>44.031</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	219.586	175.555
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	41.554	219.586
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(178.032)</b>	<b>44.031</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



## 1 Contexto operacional

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Piauí”), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua João Cabral, nº 730, Centro Sul, na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, controlada pela Equatorial Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Piauí com 251.755 km<sup>2</sup>, atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 1.578.997 (\*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(\*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

### 1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 04/2001 (Contrato de Concessão), firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobras (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Em 18 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2018 - ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 17 de outubro de 2048, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

## 2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



De acordo com o contrato de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica são atribuições do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### **3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2026.

## 4 Principais práticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 25 de março de 2026, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, OCPC 05 – Contrato de Concessão, ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão e quanto ao que se estabelece abaixo:

### 4.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

### 4.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2024. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

### 4.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

### 4.4 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### 4.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representados pelos bens recebidos de empreendimento efetuado com recursos oriundos de participação da União, Estados, Municípios e de consumidores, ou participação e doação de terceiros, assim como consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



---

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

### 4.6 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 2023, com base no Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 30 de junho de 2023.

### 4.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada quando o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

#### 5.1 Composição das contas a receber

Descrição	Valores correntes								Valores renegociados					2025	2024				
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Provisão p/ devedores duvidosos	Renegociada a vencer			Renegociada vencida				Provisão p/ devedores duvidosos			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	(-) Ajuste a valor presente	Até 30 dias	De 31 a 90 dias				De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>396.536</b>	<b>1.927</b>	<b>113.463</b>	<b>56.884</b>	<b>37.775</b>	<b>52.780</b>	<b>290.268</b>	<b>(258.482)</b>	<b>16.980</b>	<b>193.913</b>	<b>(22.224)</b>	<b>5.783</b>	<b>6.593</b>	<b>7.688</b>	<b>14.786</b>	<b>123.906</b>	<b>(142.428)</b>	<b>896.148</b>	<b>860.864</b>
Residencial	88.699	789	80.282	39.362	24.375	37.219	204.710	(164.508)	9.059	55.798	(340)	3.127	4.220	5.474	10.468	93.657	(95.112)	397.279	385.143
Industrial	14.576	225	1.108	417	414	207	2.788	(2.350)	443	2.220	(20)	58	48	61	163	1.153	(1.454)	20.057	19.769
Comercial	50.636	481	11.379	5.308	4.187	4.167	27.587	(22.992)	1.354	6.764	(91)	335	463	625	1.346	11.521	(11.718)	91.352	86.462
Rural	14.125	364	6.403	4.206	2.856	3.279	14.215	(12.494)	765	3.130	(2)	203	270	320	499	4.228	(4.538)	37.829	34.337
Poderes públicos	30.084	55	10.066	3.982	2.722	3.983	16.661	(14.307)	3.466	81.491	(15.326)	736	553	658	1.182	9.313	(19.040)	116.279	123.025
Iluminação pública	12.067	-	1.056	920	344	714	8.745	(5.902)	1.258	28.472	(4.240)	285	130	191	551	1.658	(5.603)	40.646	44.213
Serviço público	17.437	13	3.169	2.689	2.877	3.211	15.562	(12.564)	635	16.038	(2.205)	1.039	909	359	577	2.376	(4.963)	47.159	49.307
Serviço taxado	9.054	-	-	-	-	-	-	(5.686)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.368	4.536
Fornecimento não faturado	108.506	-	-	-	-	-	-	(2.289)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	106.217	91.091
(-) Arrecadação processo classif	51.352	-	-	-	-	-	-	(15.390)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.962	22.981
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
<b>Consumidores total</b>																		<b>896.148</b>	<b>860.877</b>
<b>Consumidores circulante</b>																		<b>787.098</b>	<b>727.204</b>
<b>Consumidores não circulante</b>																		<b>109.050</b>	<b>133.673</b>
<b>Total</b>	<b>396.536</b>	<b>1.927</b>	<b>113.463</b>	<b>56.884</b>	<b>37.775</b>	<b>52.780</b>	<b>290.268</b>	<b>(258.482)</b>	<b>16.980</b>	<b>193.913</b>	<b>(22.224)</b>	<b>5.783</b>	<b>6.593</b>	<b>7.688</b>	<b>14.786</b>	<b>123.906</b>	<b>(142.428)</b>	<b>896.148</b>	<b>860.877</b>

## 5.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

### 5.2.1 Critérios

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

### 5.2.2 Movimentação do saldo

	2024	Provisões / Reversões (b)	Baixas (c)	2025
Contas a receber de consumidores faturados	211.769	54.953	(31.605)	235.117
Parcelamentos	139.883	17.275	(14.730)	142.428
Contas a receber de consumidores não faturados	1.906	383	-	2.289
Outras (a)	16.136	6.402	(1.462)	21.076
<b>Total</b>	<b>369.694</b>	<b>79.013</b>	<b>(47.797)</b>	<b>400.910</b>

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021;
- (b) A movimentação líquida do exercício gerou um complemento de provisão no montante de R\$ 79.013, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 78.018 e de R\$995, respectivamente; e
- (c) Referente à baixa da PECLD de títulos que foram efetivamente baixados do contas a receber.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 6 Imobilizado

A composição do imobilizado é conforme a seguir demonstrada:

	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>													
<b>Geração</b>	1.685	-	-	-	-	1.685	-	(1.650)	35	35	-	-	-
Terrenos	35	-	-	-	-	35	-	-	35	35	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.650	-	-	-	-	1.650	-	(1.650)	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	9.064.673	-	(90.515)	739.877	-	9.714.035	649.362	(4.643.431)	5.070.604	4.690.731	(2.683.901)	1.062.552	(1.621.349)
Terrenos	5.789	-	-	-	-	5.789	-	-	5.789	5.789	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	101.908	-	-	6.221	-	108.129	6.221	(67.374)	40.755	36.270	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	8.956.219	-	(90.515)	733.656	-	9.599.360	643.141	(4.575.845)	5.023.515	4.648.018	-	-	-
Móveis e Utensílios	757	-	-	-	-	757	-	(212)	545	654	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.683.901)	1.062.552	(1.621.349)
<b>Administração</b>	151.557	-	-	8.655	(350)	159.862	8.655	(86.019)	73.843	78.051	-	-	-
Terrenos	2.770	-	-	-	-	2.770	-	-	2.770	2.770	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	48.626	-	-	282	(350)	48.558	282	(32.518)	16.040	20.520	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	81.595	-	-	8.134	-	89.729	8.134	(44.846)	44.883	42.806	-	-	-
Veículos	11.979	-	-	-	-	11.979	-	(7.198)	4.781	6.153	-	-	-
Móveis e Utensílios	6.587	-	-	239	-	6.826	239	(1.457)	5.369	5.802	-	-	-
<b>Subtotal</b>	9.217.915	-	(90.515)	748.532	(350)	9.875.582	658.017	(4.731.100)	5.144.482	4.768.817	(2.683.901)	1.062.552	(1.621.349)
<b>Ativo imobilizado em curso</b>													
<b>Distribuição</b>	583.443	824.280	-	(739.908)	-	667.815	84.372	-	667.815	583.443	(29.574)	-	(29.574)
Máquinas e Equipamentos	472.442	710.800	-	(732.606)	-	450.636	(21.806)	-	450.636	472.442	-	-	-
Outros	111.001	113.480	-	(7.302)	-	217.179	106.178	-	217.179	111.001	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.574)	-	(29.574)
<b>Administração</b>	36.957	44.659	-	(8.592)	-	73.024	36.067	-	73.024	36.957	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	40.541	10.096	-	(7.466)	-	43.171	2.630	-	43.171	40.541	-	-	-
Outros	(3.584)	34.563	-	(1.126)	-	29.853	33.437	-	29.853	(3.584)	-	-	-
<b>Subtotal</b>	620.400	868.939	-	(748.500)	-	740.839	120.439	-	740.839	620.400	(29.574)	-	(29.574)
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	9.838.315	868.939	(90.515)	32	(350)	10.616.421	778.456	(4.731.100)	5.885.321	5.389.217	(2.713.475)	1.062.552	(1.650.923)

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
<b>Em serviço</b>		9.875.582	(4.731.100)	5.144.482	4.768.817
Geração	3,33%	1.685	(1.650)	35	35
Custo Histórico		1.685	(1.650)	35	6
Reavaliação		-	-	-	29
Distribuição	3,90%	9.714.035	(4.643.431)	5.070.604	4.690.731
Custo Histórico		5.776.516	(1.603.366)	4.173.150	3.664.498
Reavaliação		3.937.519	(3.040.065)	897.454	1.026.233
Administração	12,29%	159.862	(86.019)	73.843	78.051
Custo Histórico		123.979	(51.871)	72.108	75.914
Reavaliação		35.883	(34.148)	1.735	2.137
<b>Em curso</b>		740.839	-	740.839	620.400
Distribuição		667.815	-	667.815	583.443
Administração		73.024	-	73.024	36.957
<b>Total</b>		<b>10.616.421</b>	<b>(4.731.100)</b>	<b>5.885.321</b>	<b>5.389.217</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é conforme a seguir demonstrada:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Outros gastos	Total
Terrenos	3.802	60	-	-	-	3.862
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.396	9.507	1.086	-	-	12.989
Máquinas e equipamentos	276.854	367.115	60.273	8.072	8.582	720.896
Transformação, fabricação e reparo de materiais	861	-	-	-	-	861
Material em depósito	98.931	-	-	-	-	98.931
Adiantamentos a fornecedores	26.148	-	-	-	-	26.148
Outros	6.371	242	-	-	(1.361)	5.252
<b>Total das adições</b>	<b>415.363</b>	<b>376.924</b>	<b>61.359</b>	<b>8.072</b>	<b>7.221</b>	<b>868.939</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
BANCO DE CAPACITORES PARALELO > 69 KV	5,00%
BANCO DE CAPACITORES PARALELO < 69KV	6,67%
CHAVE SECCIONADORA > 69 KV	3,33%
CHAVE SECCIONADORA < 69 KV	6,67%
CHAVE FUSIVEL > 69 KV	3,33%
CHAVE FUSIVEL < 69 KV	6,67%
CHAVE DE ATERRAMENTO > 69 KV	3,33%
CHAVE DE ATERRAMENTO < 69 KV	6,67%
CHAVE TANDEN > 69 KV	3,33%
CHAVE TANDEN < 69 KV	6,67%
CONDUTOR > 69 KV	3,33%
CONDUTOR < 69 KV	6,67%
POSTE	3,57%
TORRE	2,70%
REGULADOR DE TENSÃO > 69	3,45%
REGULADOR DE TENSÃO < 69	4,35%
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	4,00%
TRANSFORMADOR DE POTÊNCIA	2,86%

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



<b>Administração central</b>	<b>Taxas de depreciação (%)</b>
EQUIPAMENTO GERAL	6,25%
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMATICA	16,67%
VEICULOS	14,29%
EDIFICAÇÃO	3,33%

A Resolução normativa ANEEL nº 948, 16 de novembro de 2021, em seu art. 3º, prevê que os Agentes Setoriais devem solicitar prévia anuência do órgão regulador para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A resolução normativa que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, em seu art. 4º dispensa da obrigação de que trata o art. 3º, sem prejuízo do controle a posteriori e das sanções previstas em lei, a desvinculação de bens considerados inservíveis à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, bem como à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, devendo o agente setorial constituir dossiê da desvinculação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<b>Descrição do bem</b>	<b>Valores</b>
1 SE-MOVEL 3F 26,6MVA 69/13,8KV 60HZ	7.623
2 TF-P 69/13,8 10/12,5 DYN1 OM LTC PDE	4.338
3 TF-P 69/13,8 20/26,6 DYN1 OM LTC PDE	3.687
4 TF-P 69/13,8 10/12,5 DYN1 OM LTC PDE	3.403
5 TF-P 69/13,8 20/26,6 DYN1 OM LTC PDE	2.859
6 BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U	2.542
7 TF-P 34,5/13,8 5/6,25 DYN1 OM MNT	2.220
8 INVERSOR 1250W 48V 220VCA PDE.	2.012
9 BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	1.703
10 BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	1.703
<b>Total das adições</b>	<b>32.090</b>

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<b>Descrição do bem</b>	<b>Valores</b>
1 MED ELETRON ENERGIA 1F	(8.654)
2 MED ELETRON ENERGIA 1F	(8.608)
3 PAINEL SUP CONT	(4.539)
4 MED ELETRON ENERGIA 1F	(3.677)
5 MED ELETRON ENERGIA 1F	(3.608)
6 PAINEL SUP CONT	(2.982)
7 BC >= 69 72,5KV MAN 6000 KVAR	(2.968)
8 MED ELETRÓMEC ENERGIA 1F	(2.860)
9 MED ELETRON ENERGIA 1F	(2.797)
10 MED ELETRON ENERGIA 1F	(2.628)
<b>Total das baixas</b>	<b>(43.321)</b>

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 7 Intangível

A composição do intangível é conforme a seguir demonstrada:

Ativo intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
<b>Distribuição</b>	26.791	-	812	27.603	812	(310)	27.293	26.724
Servidões	26.545	-	6	26.551	6	-	26.551	26.478
Software	246	-	806	1.052	806	(310)	742	246
<b>Administração</b>	153.547	-	47.020	200.567	47.020	(123.854)	76.713	51.336
Softwares	153.547	-	47.020	200.567	47.020	(123.854)	76.713	51.336
<b>Subtotal</b>	180.338	-	47.832	228.170	47.832	(124.164)	104.006	78.060
Ativo intangível em curso	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
<b>Distribuição</b>	14.164	14.745	(615)	28.294	14.130	-	28.294	14.164
Servidões	361	1.216	-	1.577	1.216	-	1.577	361
Softwares	3.657	7.877	(615)	10.919	7.262	-	10.919	3.657
Outros	10.146	5.652	-	15.798	5.652	-	15.798	10.146
<b>Administração</b>	63.168	35.858	(47.123)	51.903	(11.265)	-	51.903	63.168
Softwares	63.168	35.858	(47.123)	51.903	(11.265)	-	51.903	63.168
<b>Subtotal</b>	77.332	50.603	(47.738)	80.197	2.865	-	80.197	77.332
<b>Total do ativo intangível</b>	257.670	50.603	94	308.367	50.697	(124.164)	184.203	155.392

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

### 8 Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e Passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

#### (a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período entre o 29º dia anterior ao processo tarifário anterior e o 30º dia anterior ao processo tarifário em cálculo, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Homologatória nº 3.555/2025, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Outorgada, as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, com efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de 13,57% (treze vírgula cinquenta e sete por cento). As novas tarifas estão em vigor no período de 02 de dezembro 2025 a 01º de dezembro de 2026.

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

#### (b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

##### (i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

##### (ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 100,88% em 31 de dezembro de 2025 (102,79% em 31 de dezembro de 2024), dentro do limite de repasse às tarifas.

##### (iii) Outras

É composto pelos demais componentes financeiros elencados no Submódulo 4.4 e 4.4 A do PRORET, quais sejam: i) financeiro constituído decorrente da revogação da liminar do reajuste de 2019; e ii) outros itens financeiros referente ajuste CUSD; iii) repasse de compensação DIC/FIC.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	2024	Adições	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2025	Valores em	Valores em	Circulante	Não circulante
								Amortização	Constituição		
<b>CVA Ativa</b>	75.917	<b>36.917</b>	<b>132.714</b>	<b>15.471</b>	<b>43.837</b>	-	<b>304.856</b>	<b>212.569</b>	<b>92.287</b>	<b>214.070</b>	<b>90.786</b>
Aquisição de Energia - (CVA energia)	34.388	<b>66.063</b>	<b>105.568</b>	<b>9.743</b>	<b>100</b>	-	<b>215.862</b>	<b>141.847</b>	<b>74.015</b>	<b>141.848</b>	<b>74.014</b>
Proinfa	720	<b>(604)</b>	<b>7.131</b>	<b>737</b>	<b>204</b>	-	<b>8.188</b>	<b>8.163</b>	<b>25</b>	<b>8.163</b>	<b>25</b>
Transporte Rede Básica	11.027	<b>7.512</b>	<b>(4.423)</b>	<b>1.166</b>	<b>(2.009)</b>	-	<b>13.273</b>	<b>8.112</b>	<b>5.161</b>	<b>8.536</b>	<b>4.737</b>
ESS	23.862	<b>1.262</b>	<b>(21.787)</b>	<b>1.298</b>	<b>(3.655)</b>	-	<b>980</b>	-	<b>980</b>	<b>81</b>	<b>899</b>
CDE	5.920	<b>(37.316)</b>	<b>46.225</b>	<b>2.527</b>	<b>49.197</b>	-	<b>66.553</b>	<b>54.447</b>	<b>12.106</b>	<b>55.442</b>	<b>11.111</b>
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>271.538</b>	<b>125.203</b>	<b>(99.502)</b>	<b>199.215</b>	<b>1.590</b>	-	<b>498.044</b>	<b>39.499</b>	<b>458.545</b>	<b>78.862</b>	<b>419.182</b>
Neutralidade da Parcela A	3.247	<b>5.341</b>	<b>5.044</b>	<b>1.260</b>	<b>(8.652)</b>	-	<b>6.240</b>	<b>6.240</b>	-	<b>6.240</b>	-
Sobrecontratação de Energia	7.766	<b>6.121</b>	<b>(8.214)</b>	<b>(64)</b>	<b>(4.329)</b>	-	<b>1.280</b>	-	<b>1.280</b>	<b>105</b>	<b>1.175</b>
Bandeiras Tarifárias	(14.345)	<b>(31.261)</b>	-	<b>(2.987)</b>	-	-	<b>(48.593)</b>	<b>(28.201)</b>	<b>(20.392)</b>	<b>(28.201)</b>	<b>(20.392)</b>
Outros	274.870	<b>145.002</b>	<b>(96.332)</b>	<b>201.006</b>	<b>14.571</b>	-	<b>539.117</b>	<b>61.460</b>	<b>477.657</b>	<b>100.718</b>	<b>438.399</b>
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>347.455</b>	<b>162.120</b>	<b>33.212</b>	<b>214.686</b>	<b>45.427</b>	-	<b>802.900</b>	<b>252.068</b>	<b>550.832</b>	<b>292.932</b>	<b>509.968</b>

Passivos Financeiros Setoriais	2024	Adições	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2025	Valores em	Valores em	Circulante	Não circulante
								Amortização	Constituição		
<b>CVA Passiva</b>	(117.191)	<b>70.870</b>	<b>92.419</b>	<b>(16.081)</b>	<b>(43.837)</b>	-	<b>(13.820)</b>	<b>(3.620)</b>	<b>(10.200)</b>	<b>(4.522)</b>	<b>(9.298)</b>
Aquisição de Energia - (CVA energia)	(77.843)	<b>7.614</b>	<b>76.265</b>	<b>(4.856)</b>	<b>(100)</b>	-	<b>1.080</b>	-	<b>1.080</b>	<b>25</b>	<b>1.055</b>
Proinfa	(2.492)	<b>7</b>	<b>2.851</b>	<b>(162)</b>	<b>(204)</b>	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	(12.158)	<b>7.619</b>	<b>2.151</b>	<b>(158)</b>	<b>2.009</b>	-	<b>(537)</b>	<b>(537)</b>	-	<b>(537)</b>	-
ESS	(898)	<b>(4.439)</b>	<b>(924)</b>	<b>3</b>	<b>3.655</b>	-	<b>(2.603)</b>	<b>(2.603)</b>	-	<b>(2.603)</b>	-
CDE	(23.800)	<b>60.069</b>	<b>12.076</b>	<b>(10.908)</b>	<b>(49.197)</b>	-	<b>(11.760)</b>	<b>(480)</b>	<b>(11.280)</b>	<b>(1.407)</b>	<b>(10.353)</b>
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(365.298)</b>	<b>(40.780)</b>	<b>126.363</b>	<b>(11.656)</b>	<b>2.402</b>	<b>(2.950)</b>	<b>(291.919)</b>	<b>(149.072)</b>	<b>(142.847)</b>	<b>(179.585)</b>	<b>(112.334)</b>
Neutralidade da Parcela A	(20.732)	<b>(11.880)</b>	<b>21.927</b>	<b>(430)</b>	<b>8.652</b>	-	<b>(2.463)</b>	-	<b>(2.463)</b>	<b>(203)</b>	<b>(2.260)</b>
Sobrecontratação de Energia	(18.180)	<b>(2.120)</b>	<b>(4.806)</b>	<b>(4.193)</b>	<b>4.329</b>	-	<b>(24.970)</b>	<b>(5.253)</b>	<b>(19.717)</b>	<b>(6.874)</b>	<b>(18.096)</b>
Bandeiras Tarifárias	-	<b>(21.778)</b>	-	<b>(1)</b>	-	-	<b>(21.779)</b>	-	<b>(21.779)</b>	<b>(20.442)</b>	<b>(1.337)</b>
Outros	(326.386)	<b>(5.002)</b>	<b>109.242</b>	<b>(7.032)</b>	<b>(10.579)</b>	<b>(2.950)</b>	<b>(242.707)</b>	<b>(143.819)</b>	<b>(98.888)</b>	<b>(152.066)</b>	<b>(90.641)</b>
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(482.489)</b>	<b>30.090</b>	<b>218.782</b>	<b>(27.737)</b>	<b>(41.435)</b>	<b>(2.950)</b>	<b>(305.739)</b>	<b>(152.692)</b>	<b>(153.047)</b>	<b>(184.107)</b>	<b>(121.632)</b>

# Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



## 9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

### 9.1 Abertura do endividamento

Instituição / linha credora	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto. Juros	Frequência Pgto Juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de Amortização.	Sistemática amortização
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>11.957</b>	<b>302.470</b>	<b>767.333</b>	<b>1.081.760</b>											
Scotiabank - USD 53 MM - BRL 300 MM	602	147.386	-	147.988	Sim	01/04/2021	Aval/Fiança	US\$	1,77%	27/04/2026	Semestral	27/04/2026	28/04/2026	Anual	Anual
	1.075	155.084	-	156.159	Sim	07/12/2022	Outro, especificar em obs.	Outro, especificar em obs.	1,62%	19/02/2026	Trimestral	16/11/2026	16/11/2026	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
Santander - USD 28 MM - BRL 146 MM															
Scotiabank - USD 49 MM - BRL 280 MM	2.135	-	270.293	272.428	Sim	13/11/2024	Não há	US\$	5,80%	12/05/2026	Semestral	12/11/2027	12/11/2027	Anual	Bullet (final)
BofA - USD 31MM - BRL 177,6 MM	1.787	-	172.791	174.578	Sim	23/10/2024	Não há	US\$	5,73%	26/10/2026	Anual	27/10/2025	25/10/2027	Anual	Bullet (final)
Scotiabank - USD 59 MM - BRL 330 MM	6.358	-	324.249	330.607	Sim	08/08/2025	Não há	US\$	4,14%	09/02/2026	Semestral	08/08/2028	08/08/2028	Anual	Bullet (final)
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>31.943</b>	<b>490.280</b>	<b>3.001.583</b>	<b>3.523.806</b>											
RGR - CCEE - BRL 844 MM							Receíveis								
2019/2020 - BNDES - BRL 403 MM	2.876	25.883	1.033.580	1.062.339	Sim	30/05/2018	+ Outros	Pré	5,00%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	30/10/2048	Mensal	SAC
2020/2021 - BNDES - BRL 643 MM	710	30.479	391.147	422.336	Sim	23/12/2019	Real	IPCA	3,93%	15/01/2025	Mensal	15/01/2026	15/10/2039	Mensal	SAC
2020/2021 - BNDES - BRL 643 MM	1.289	47.227	633.625	682.141	Sim	28/01/2021	Real	IPCA	4,43%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/05/2040	Mensal	SAC
2022/2024 - BNDES - BRL 260 MM - 1ª Liberação	815	14.792	246.228	261.835	Sim	28/03/2025	Real	IPCA	7,52%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/08/2043	Mensal	SAC
2022/2024 - BNDES - BRL 460 MM - 2ª Liberação	1.446	24.580	409.950	435.976	Sim	05/09/2025	Real	IPCA	7,52%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/08/2043	Mensal	SAC
4131 - BOCOM - BRL 200 MM	232	200.000	-	200.232	Sim	28/06/2024	Não há	CDI	1,05%	29/06/2026	Semestral	29/06/2026	29/06/2026	Anual	Bullet (final)
CCB - CCB - BRL 150 MM	8.170	150.000	-	158.170	Sim	05/02/2022	Não há	CDI	0,97%	25/01/2026	Semestral	04/02/2026	04/02/2026	Anual	Bullet (final)
DEB - 3ª Emissão Única - BRL 300 MM	6.279	-	305.323	311.602	Sim	04/10/2024	Aval/Fiança	IPCA	6,81%	15/03/2026	Semestral	15/09/2033	15/09/2036	Anual	Outro, especific. no cronograma
DEB - 4ª Emissão Única - BRL 250 MM	5.648	-	262.298	267.946	Sim	09/09/2025	Aval/Fiança	IPCA	7,32%	18/02/2026	Semestral	15/08/2034	15/08/2037	Anual	Outro, especific. no cronograma
DEB - 5ª Emissão Única - BRL 250 MM	4.478	-	260.652	265.130	Sim	30/09/2025	Aval/Fiança	IPCA	7,20%	16/03/2026	Semestral	15/09/2034	15/09/2037	Anual	Outro, especific. no cronograma
CCAP 2020/2021 - BNDES - BRL 643 MM	-	(2)	(27)	(29)	Sim	28/01/2021	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/05/2040	N.A.	N.A.
CCAP 2023/2025 - BNDES - BRL 260 MM	-	(198)	(3.301)	(3.499)	Sim	28/03/2025	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/08/2043	N.A.	N.A.
CCAP DEB - 3ª Emissão Única - BRL 300 MM	-	(986)	(9.616)	(10.602)	Sim	15/12/2024	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/09/2036	N.A.	N.A.
CCAP DEB - 4ª Emissão Única - BRL 250 MM	-	(752)	(8.018)	(8.770)	Sim	09/09/2025	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/08/2037	N.A.	N.A.
CCAP DEB - 5ª Emissão Única - BRL 250 MM	-	(743)	(7.984)	(8.727)	Sim	30/09/2025	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/09/2037	N.A.	N.A.
AVP RGR - CCEE - BRL 844 MM	-	-	(512.274)	(512.274)	Sim	30/09/2019	Não há	Não há	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	30/10/2048	N.A.	N.A.
<b>Dívidas tributárias</b>	<b>43</b>	<b>249</b>	<b>408</b>	<b>700</b>											
<b>Dívidas Tributárias União</b>	<b>43</b>	<b>245</b>	<b>408</b>	<b>696</b>											
PIS COFINS Parcelamento	43	245	408	696	Sim	31/03/2024	Não há	Selic	100,00%	31/10/2025	Mensal	31/10/2025	28/02/2028	Mensal	SAC
<b>Dívidas Tributárias Municipal</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>4</b>											
Parcelamento Municipal	-	4	-	4	Sim	30/11/2020	Não há	Não há	0,00%	30/04/2025	Mensal	30/04/2025	31/10/2025	Mensal	SAC
<b>Dívidas com fundo de pensão</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.387</b>	<b>4.387</b>											
Previdência privada	-	-	4.387	4.387	Sim	31/03/2025	Não há								
<b>Diversos</b>	<b>-</b>	<b>684</b>	<b>1.413</b>	<b>2.097</b>											
Arrendamento	-	684	1.413	2.097											
<b>Total por dívida</b>	<b>43.943</b>	<b>793.683</b>	<b>3.775.124</b>	<b>4.612.750</b>											
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	11.957	302.470	767.333	1.081.760											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	31.943	490.280	3.001.583	3.523.806											
Diversos	-	684	1.413	2.097											
Dívidas com fundo de pensão	-	-	4.387	4.387											
Dívidas tributárias	43	249	408	700											

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 9.2 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

Instituição / linha credora	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
	2027	2028	2029	2030	2031	2032+	
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>443.084</b>	<b>324.249</b>	-	-	-	-	<b>767.333</b>
Scotiabank - USD 53 MM - BRL 300 MM	-	-	-	-	-	-	-
Santander - USD 28 MM - BRL 146 MM	-	-	-	-	-	-	-
Scotiabank - USD 49 MM - BRL 280 MM	270.293	-	-	-	-	-	270.293
BofA - USD 31MM - BRL 177,6 MM	172.791	-	-	-	-	-	172.791
Scotiabank - USD 59 MM - BRL 330 MM	-	324.249	-	-	-	-	324.249
Scotiabank - USD 53 MM - BRL 300 MM	-	-	-	-	-	-	-
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>118.110</b>	<b>169.469</b>	<b>120.896</b>	<b>122.394</b>	<b>123.967</b>	<b>2.346.747</b>	<b>3.001.583</b>
RGR - CCEE - BRL 844 MM	27.177	28.536	29.963	31.461	33.034	883.409	1.033.580
2019/2020 - BNDES - BRL 403 MM	30.479	30.479	30.479	30.479	30.479	238.752	391.147
2020/2021 - BNDES - BRL 643 MM	47.227	47.227	47.227	47.227	47.227	397.490	633.625
2022/2024 - BNDES - BRL 260 MM - 1ª Liberação	14.774	14.774	14.774	14.774	14.774	172.358	246.228
2022/2024 - BNDES - BRL 460 MM - 2ª Liberação	24.597	24.597	24.597	24.597	24.597	286.965	409.950
4131 - BOCOM - BRL 200 MM	-	-	-	-	-	-	-
CCB - CCB - BRL 150 MM	-	-	-	-	-	-	-
DEB - 3ª Emissão Única - BRL 300 MM	-	-	-	-	-	305.323	305.323
DEB - 4ª Emissão Única - BRL 250 MM	-	50.000	-	-	-	212.298	262.298
DEB - 5ª Emissão Única - BRL 250 MM	-	-	-	-	-	260.652	260.652
CCAP 2020/2021 - BNDES - BRL 643 MM	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(17)	(27)
CCAP 2023/2025 - BNDES - BRL 260 MM	(198)	(198)	(198)	(198)	(198)	(2.311)	(3.301)
CCAP DEB - 3ª Emissão Única - BRL 300 MM	(986)	(986)	(986)	(986)	(986)	(4.686)	(9.616)
CCAP DEB - 4ª Emissão Única - BRL 250 MM	(752)	(752)	(752)	(752)	(752)	(4.258)	(8.018)
CCAP DEB - 5ª Emissão Única - BRL 250 MM	(743)	(743)	(743)	(743)	(743)	(4.269)	(7.984)
AVP RGR - CCEE - BRL 844 MM	(23.463)	(23.463)	(23.463)	(23.463)	(23.463)	(394.959)	(512.274)
<b>Dívidas Tributárias União</b>	<b>72</b>	<b>288</b>	<b>48</b>	-	-	-	<b>408</b>
PIS COFINS Parcelamento	72	288	48	-	-	-	408
<b>Dívidas com Fundo de Pensão</b>	<b>4.387</b>	-	-	-	-	-	<b>4.387</b>
Previdência Privada	4.387	-	-	-	-	-	4.387
<b>Diversos</b>	<b>860</b>	<b>553</b>	-	-	-	-	<b>1.413</b>
Arrendamentos	860	553	-	-	-	-	1.413
<b>Total por dívida</b>	<b>566.513</b>	<b>494.559</b>	<b>120.944</b>	<b>122.394</b>	<b>123.967</b>	<b>2.346.747</b>	<b>3.775.124</b>
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	443.084	324.249	-	-	-	-	767.333
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	118.110	169.469	120.896	122.394	123.967	2.346.747	3.001.583
Dívidas tributárias	72	288	48	-	-	-	408
Dívidas com Fundo de Pensão	4.387	-	-	-	-	-	4.387
Diversos	860	553	-	-	-	-	1.413

### 9.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal e juros curto prazo
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>949.708</b>
Subtotal de Caixa e equivalente de caixa	41.554
Alta liquidez	41.554
Subtotal de Aplicações financeiras	908.154
Títulos e valores mobiliários	908.154

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 9.4 Abertura dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos Derivativos	Instituição	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Fair Value
<b>Total Derivativos</b>						<b>2.753.630</b>	<b>(87.902)</b>
Swap	Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	US\$ + 2,27% a.a.	CDI + 1,77% a.a.	300.000	(8.631)
Swap	BofA	23/10/2024	25/10/2027	USD + 5,7294% a.a.	CDI + 1,15% a.a.	177.630	(10.823)
Swap	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	USD + 5,8035% a.a.	CDI + 1,15% a.a.	280.000	(13.258)
Swap	XP	04/10/2024	15/09/2036	IPCA + 6,8091% a.a.	CDI + 0,41% a.a.	300.000	(20.573)
Swap	Itaú	28/03/2025	15/08/2043	IPCA + 7,52% a.a.	CDI + 0,05% a.a.	260.000	(1.203)
Swap	Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	USD + 4,8680% a.a.	CDI + 1,00% a.a.	330.000	(25.321)
Swap	Santander	07/12/2022	16/11/2026	USD + 6,24% a.a.	CDI + 1,62% a.a.	146.000	7.558
Swap	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	IPCA + 7,3239% a.a.	CDI - 0,07% a.a.	250.000	6.877
Swap	XP	05/09/2025	15/08/2043	IPCA + 7,52% a.a.	CDI - 0,05% a.a.	460.000	(28.787)
Swap	Bradesco	09/09/2025	15/09/2037	IPCA + 7,1962% a.a.	CDI - 0,16% a.a.	250.000	6.259
Ativo não circulante							20.694
Passivo circulante							(10.875)
Passivo não circulante							(97.721)
<b>Efeito líquido total</b>							<b>(87.902)</b>

### 9.5 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2025	Total 2024
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>43.942</b>	<b>793.682</b>	<b>3.775.126</b>	<b>4.612.750</b>	4.247.813
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	11.957	302.470	767.333	1.081.760	1.474.734
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	31.942	490.279	3.001.583	3.523.804	2.739.121
Tributária	43	249	408	700	878
Fundo de Pensão	-	-	4.387	4.387	4.939
Diversos	-	684	1.415	2.099	2.788
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	25.353
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	-	<b>(1.244.636)</b>	<b>(21.151)</b>	<b>(1.265.787)</b>	(1.193.602)
Alta Liquidez	-	(1.244.636)	-	(1.244.636)	(1.055.479)
Demais aplicações financeiras	-	-	(21.151)	(21.151)	(138.123)
<b>Dívida líquida</b>	<b>43.942</b>	<b>(450.954)</b>	<b>3.753.975</b>	<b>3.346.963</b>	3.054.211

## 10 Tributos a recolher

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
IRPJ e CSLL	49.108	13.169
PIS e COFINS	43.045	14.840
ICMS	98.356	77.347
ISS	6.961	5.606
Encargos sociais e outros	16.468	15.459
Parcelamento de tributos	241	304
<b>Total circulante</b>	<b>214.179</b>	126.725
<b>Não circulante</b>		
Parcelamento de tributos	275	574
<b>Total não circulante</b>	<b>275</b>	574
<b>Total tributos</b>	<b>214.454</b>	127.299

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 11 Tributos diferidos

Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos conforme apresentação abaixo:

	2025	2024
Crédito ativos de:		
Prejuízo fiscal	314.697	384.582
Base negativa	106.190	131.152
<b>Subtotal</b>	<b>420.887</b>	<b>515.734</b>
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	86.589	186.055
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	4.926	97.882
Provisão para participação nos lucros	5.882	14.340
Ajuste a Valor Presente – AVP	-	38.217
Outras Diferenças temporárias	10.940	10.749
SWAP	29.888	53.075
Impairment	-	55.349
Arrendamento – CPC 06(R2)	52	45
Provisão laudo atuarial	52.946	53.155
AIC Reversível	38.868	38.868
<b>Subtotal</b>	<b>230.091</b>	<b>547.735</b>
<b>Total tributos diferidos ativos</b>	<b>650.978</b>	<b>1.063.469</b>
Créditos passivos de:		
Ajuste a Valor Presente – AVP	(168.041)	(211.249)
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	(74.043)
Reversão de contingências	-	(128.540)
SWAP	-	(127.682)
Arrendamento – CPC 06(R2)	-	(3.478)
Valor Novo de Reposição – VNR	(16.754)	(12.480)
Varição cambial	(32.963)	-
Participação nos lucros	-	(6.227)
Provisão do laudo atuarial	-	(11.896)
Outras	(11.762)	(4.226)
Reserva de Reavaliação	84.209	12.914
<b>Total tributo diferido passivo</b>	<b>(145.311)</b>	<b>(566.907)</b>
<b>Total tributo diferido líquido</b>	<b>505.667</b>	<b>496.562</b>

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu uma reversão no montante de R\$ 7.474 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro do exercício (reversão de R\$ 4.567 em 31 de dezembro de 2024).

### 12 Provisões para litígios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	285.058	9.647	113.045	4.472
Fiscais	17.396	9.878	17.498	9.878
Trabalhistas	21.755	3.600	33.169	14.055
Regulatórias	9.371	-	-	-
<b>Total</b>	<b>333.580</b>	<b>23.125</b>	<b>163.712</b>	<b>28.405</b>
Circulante	207.954	189	44.747	189
Não circulante	125.626	22.936	118.965	28.216

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 12.1 Movimentação dos processos no exercício

	2024			2025		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	113.045	16.442	(11.455)	(2.902)	169.928	285.058
Tributárias	17.498	-	-	(164)	62	17.396
Trabalhistas	33.169	1.320	(6.039)	(5.110)	(1.585)	21.755
Regulatório	-	8.197	-	-	1.174	9.371
<b>Total contingências</b>	<b>163.712</b>	<b>25.959</b>	<b>(17.494)</b>	<b>(8.176)</b>	<b>169.579</b>	<b>333.580</b>

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	110.443	10.293	(13.180)	(3.167)	8.656	113.045
Tributárias	6.940	9.878	-	(2)	682	17.498
Trabalhistas	39.668	2.259	(10.666)	(1.262)	3.170	33.169
<b>Total contingências</b>	<b>157.051</b>	<b>22.430</b>	<b>(23.846)</b>	<b>(4.431)</b>	<b>12.508</b>	<b>163.712</b>

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;  
(2) Reversões realizadas no exercício.  
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa SELIC.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	440.165	367.133
Fiscais	4.929	5.888
Trabalhistas	153.107	104.185
<b>Total</b>	<b>598.201</b>	<b>477.206</b>

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 13 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações especiais	Depreciação - Taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>	<b>4,68%</b>	<b>(1.199.543)</b>	<b>(1.484.358)</b>	<b>(2.683.901)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(3.606)	(360.619)	(364.225)
Participação Financeira do Consumidor		(14.217)	(2.767)	(16.984)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(19.682)	(10.453)	(30.135)
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		(1.032.626)	(1.103.383)	(2.136.009)
Outros		(129.412)	(7.136)	(136.548)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>4,68%</b>	<b>483.224</b>	<b>579.328</b>	<b>1.062.552</b>
Participação da União, Estados e Municípios		2.531	36.509	39.040
Participação Financeira do Consumidor		6.442	4.708	11.150
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		9.609	10.231	19.840
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		421.284	480.146	901.430
Outros		43.358	47.734	91.092
<b>Total</b>		<b>(716.319)</b>	<b>(905.030)</b>	<b>(1.621.349)</b>

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A) + (B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
<b>Em serviço</b>	(2.573.715)	(714)	(109.471)	(2.683.900)	(110.185)	1.062.551	(1.621.349)	(1.633.692)
Participação da União, Estados e Municípios	(364.223)	-	-	(364.223)	-	39.039	(325.184)	(342.229)
Participação Financeira do Consumidor	(16.694)	(290)	-	(16.984)	(290)	11.149	(5.835)	(6.339)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(29.712)	-	-	(29.712)	-	19.839	(9.873)	(11.282)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(424)	-	(424)	(424)	-	(424)	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(2.026.538)	-	(109.471)	(2.136.009)	(109.471)	901.432	(1.234.577)	(1.221.995)
Outros	(136.548)	-	-	(136.548)	-	91.092	(45.456)	(51.847)
<b>(-) Amortização acumulada - AIS (a)</b>	940.023	122.528	-	1.062.551	122.528	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	21.993	17.046	-	39.039	17.046	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	10.354	795	-	11.149	795	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	18.429	1.410	-	19.839	1.410	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	804.545	96.887	-	901.432	96.887	-	-	-
Outros	84.702	6.390	-	91.092	6.390	-	-	-
<b>Em curso</b>	(122.029)	4.130	98.474	(19.425)	102.604	-	(19.425)	(122.029)
Participação Financeira do Consumidor	1.478	-	-	1.478	-	-	1.478	1.478
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(1.478)	-	-	(1.478)	-	-	(1.478)	(1.478)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(2.136)	-	-	(2.136)	-	-	(2.136)	(2.136)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(8)	-	(8)	(8)	-	(8)	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(119.893)	4.138	98.474	(17.281)	102.612	-	(17.281)	(119.893)
<b>Outros</b>	(10.069)	(80)	-	(10.149)	(80)	-	(10.149)	(10.069)
Ultrapassagem de demanda	(19.932)	-	-	(19.932)	-	-	(19.932)	(19.932)
Excedente de reativos	(16.868)	-	-	(16.868)	-	-	(16.868)	(16.868)
Outros	26.731	(80)	-	26.651	(80)	-	26.651	26.731
<b>Total</b>	(1.765.790)	125.864	(10.997)	(1.650.923)	114.867	1.062.551	(1.650.923)	(1.765.790)

(a) Referente a adequação de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo do ciclo de Revisão Tarifária anterior da distribuidora.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



As dez principais adições (pelo critério de valor) a obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
CABO AL NU CAA 1/0 AWG RAVEN	841
CABO AL NU CAL 246,9MCM 7FI ALLIENCE	778
CABO AL NU CAA 1/0 AWG RAVEN	602
POSTE DT CONC B 11M 300DAN	550
CABO AL NU CAA 2AWG SPARROW	477
POSTE DT B 10M 300DAN CONC	426
POSTE DT B 9M 300DAN CONC	417
POSTE DT CONC B 11M 300DAN	411
CABO AL NU CAL 246,9MCM 7FI ALLIENCE	395
POSTE DT CONC B 11M 300DAN	392
<b>Total das adições</b>	<b>5.289</b>

## 14 Patrimônio líquido

### 14.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 633.577 (R\$ 633.577 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a um total de 1.382.142.880 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quarenta e duas mil, oitocentas e oitenta) ações, divididas em 1.319.606.201 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentas e uma) ações ordinárias e 62.536.679 (sessenta e dois milhões, quinhentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2025			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	1.253.325.250	58.707.541	1.312.032.791	94,93%
Minoritários	66.280.951	3.829.138	70.110.089	5,07%
<b>Total</b>	<b>1.319.606.201</b>	<b>62.536.679</b>	<b>1.382.142.880</b>	<b>100,00%</b>

#### a) Aumento de capital social

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do conselho de Administração, houve aprovação de aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 90.144, mediante a integralização da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 75.727 e da Reserva Legal no valor de R\$ 14.418, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025.

### 14.2 Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva legal (a)	20.555	14.418
Reserva de incentivos fiscais (b)	104.181	75.727
Reserva de lucros a realizar (c)	67.851	90.576
Reserva estatutária de reforço de capital de giro (d)	914.659	630.777
Reserva de dividendos adicionais propostos (e)	27	30.070
<b>Total de reservas de lucros (f)</b>	<b>1.107.273</b>	<b>841.568</b>

#### a) Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal da Companhia é de R\$ 20.555 (R\$ 14.418 em 31 de dezembro de 2024).

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09) e reduz a base de cálculo da reserva legal

### **b) Reserva de incentivos fiscais**

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 104.181 (R\$ 75.727 em 31 de dezembro de 2024).

### **c) Reserva de lucros a realizar**

Essa reserva foi constituída, em 2021, com o objetivo de não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia, decorrente da constituição do ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal e base negativa. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 67.851 (R\$ 90.576 em 31 de dezembro de 2024).

### **d) Reserva estatutária de reforço de capital de giro**

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. O valor total dessa reserva não excederá 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. Atingido esse limite ou a qualquer tempo, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, poderá distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio à conta da reserva estatutária de reforço de capital de giro ou destinar seu saldo, total ou parcialmente, para aumento de capital, inclusive com bonificação em novas ações. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$ 914.659 (R\$ 630.777 em 31 de dezembro de 2024).

### **e) Reserva de dividendos adicionais propostos**

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva é de R\$ 27 (R\$ 30.070 em 31 de dezembro de 2024)

### **f) Reserva de lucros**

As reservas de lucro da Companhia, de acordo com o artigo nº 199 da lei nº 6.404/76, ultrapassam o limite do Capital Social, e deverá ser definido em assembleia se esse excesso será um aumento de capital, integralização ou distribuição de dividendos. Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 25 de março de 2026, o valor excedente da reserva de lucro será destinado para aumento de capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 206.336.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 15 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

	Nº Consumidores (*)		MWh (*)		Valor	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Receita Operacional Bruta</b>						
<b>Fornecimento – Faturado (consumidores cativos)</b>	<b>1.578.395</b>	1.546.538	<b>4.406.700</b>	3.593.598	<b>3.719.229</b>	3.685.660
Residencial	1.353.353	1.320.333	2.640.382	2.100.344	2.171.545	2.108.423
Industrial	2.291	2.357	70.110	68.147	100.772	119.814
Comercial	89.389	88.715	675.003	501.237	577.712	620.196
Rural	102.864	105.847	306.517	260.103	242.529	234.261
Poder público	17.571	17.530	345.697	302.692	335.922	324.326
Iluminação pública	1.944	1.473	185.355	194.866	123.458	123.340
Serviço público	10.830	10.129	178.328	160.929	167.291	155.300
Consumo próprio	153	154	5.308	5.280	-	-
<b>Suprimento Faturado</b>	-	-	-	-	<b>50.483</b>	23.501
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>602</b>	411	<b>586.856</b>	681.679	<b>2.180.195</b>	1.840.458
Consumidores Cativos	-	-	-	181.941	1.991.226	1.691.415
Consumidores Livres	602	411	586.856	499.738	188.969	149.043
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
<b>(-) Transferências</b>	-	-	-	-	<b>(2.005.255)</b>	(1.706.862)
(-) Trsf p/ TUSD de consumidores cativos	-	-	-	-	(1.991.226)	(1.691.415)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(7.236)	(7.427)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(6.793)	(8.020)
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>	-	-	-	-	<b>13.300</b>	(19.991)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	282.298	(17.858)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(6.046)	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	181.981	32.602
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	5.773	5.988
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	556.105	443.330
Outros	-	-	-	-	-	41.533
<b>Total</b>	<b>1.578.997</b>	1.546.949	<b>4.993.556</b>	4.275.277	<b>4.978.063</b>	4.328.361

(\*) Informação não auditada.

### 16 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Outorgada efetuou a venda de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Venda	122.614	8.456	166.496	14.658
<b>Total</b>	<b>122.614</b>	<b>8.456</b>	<b>166.496</b>	<b>14.658</b>
	2025		2024	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Compra	(78.863)	(15.058)	(36.742)	(9.417)
Compra estimada (a)	(8.715)	7.720	(842)	(55)
<b>Total</b>	<b>(87.578)</b>	<b>(7.338)</b>	<b>(37.584)</b>	<b>(9.472)</b>

(\*) Informação não auditada.

(a) referente ao período de 01 a 31 de dezembro de 2025 (Em 2024 - período de 01 a 31 de dezembro de 2024).

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pela Companhia que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das demonstrações contábeis regulatórias a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 a 31 de dezembro de 2025, os referidos montantes foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

### 17 Pessoal e administradores

Pessoal e Administradores	2025	2024
<b>Pessoal</b>	<b>(75.587)</b>	(72.276)
Remuneração	(60.199)	(56.574)
Encargos	(21.693)	(21.251)
Previdência privada - Corrente	(2.099)	(1.634)
Despesas rescisórias	(750)	(2.431)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(6.771)	(4.160)
Outros benefícios - Corrente	(20.668)	(19.934)
Outros	36.593	33.708
<b>Administradores</b>	<b>(20.008)</b>	(12.412)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(5.812)	(4.760)
Benefícios dos administradores	(14.196)	(7.652)
<b>Total</b>	<b>(95.595)</b>	(84.688)

### 18 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para o cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	554.615	305.724
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	64.748	66.085
Alíquota fiscal	34%	34%
Pela alíquota fiscal	210.583	126.415
Efeitos fiscais sobre:		
<b>Imposto Corrente</b>		
Outras despesas permanentes	3.459	28.414
Incentivo P&D	(10)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(1.809)	(46)
Compensações - PAT e Salário Maternidade	-	(1.057)
IRPJ subvenção governamental	(107.607)	(75.726)
Despesa IRPJ/CSLL corrente anos anteriores	251	(26.815)
<b>Subtotal:</b>	<b>(105.716)</b>	(75.230)
Efeitos fiscais sobre:		
<b>Imposto Corrente e Diferido</b>		
Provisão para contingências	54.907	4.241
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	10.336	4.429
Ajuste a valor presente (AVP)	4.991	5.940
SWAP	84.130	(82.439)
Variação cambial	(36.512)	-
Valor novo de reposição - VNR	(4.274)	(2.807)
Reserva de reavaliação	-	12.914
Provisão para participação nos lucros	(2.231)	(823)
Outras despesas dedutíveis	(8.294)	-
Laudo Atuarial	132	220
Compensação prej. Fiscal e base negativa de CSLL	(95.711)	(5.263)
Despesa IRPJ/CSLL diferido anos anteriores	-	68.155
<b>Total:</b>	<b>7.474</b>	4.567
Total de IRPJ e CSLL correntes do exercício	(112.342)	(12.403)
Total de IRPJ e CSLL diferidos do exercício	7.474	4.567
<b>Total de IRPJ e CSLL corrente e diferidos do exercício</b>	<b>(104.868)</b>	(7.836)

## 19 Revisão e reajuste tarifário

### 19.1 Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2023

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) é um processo regulatório realizado pelas agências reguladoras de energia elétrica, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no Brasil. Seu objetivo é definir as tarifas de energia elétrica que serão praticadas pelas concessionárias de distribuição em um determinado período de tempo. Essa revisão ocorre em datas definidas nos contratos de concessão ou permissão e envolve uma análise completa das condições da prestação dos serviços e do mercado atendido. O objetivo é reconstruir a tarifa de forma que a receita faturada pelo prestador seja capaz de cobrir os custos eficientes necessários à prestação dos serviços, gerar recursos para investimentos, garantir a adequada remuneração e amortização do capital investido, buscando o cumprimento das metas. Conseqüentemente, a RTP é um mecanismo importante para manter a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e garantir a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Durante a RTP, a ANEEL avalia os ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR), considerando critérios específicos para sua manutenção e atualização. Portanto, a BRR não é produzida durante a RTP, mas sim revisada e ajustada conforme necessário para garantir a estabilidade e previsibilidade dos valores aprovados anteriormente. A BRR inclui os seguintes itens:

- a) Ativo Imobilizado em Serviço (AIS): Avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme o caso) para grupos de contas como terrenos, reservatórios, edificações e máquinas.
- b) Intangível: Inclui a conta de servidões.
- c) Almoxarifado de operação.
- d) Obrigações especiais.

A BRR definida na RTP determina: i) a remuneração do capital investido; ii) o valor a ser incorporado à tarifa para cobrir os investimentos; e iii) a parcela dos custos gerenciáveis da tarifa, que está associada à operação, manutenção e investimentos da distribuidora.

No ano de 2023, a ANEEL apurou o novo índice do reposicionamento tarifário da Companhia no processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.292, de 28 de novembro de 2023, foram reajustadas em 14,70%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

### 19.2 Reajuste tarifário anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. O reajuste acontece anualmente, na data de "aniversário" do contrato de concessão

Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, as Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

No ano de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) no processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.555, de 25 de novembro de 2025, foram reajustadas, em média, 13,57%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

## 19.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser "blindada". Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária - base incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	8.472.870.626
(2) Índice de Aproveitamento Integral	9.738.945
(3) Obrigações Especiais Bruta	2.536.440.093
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.673.601.673
(5) Base de Remuneração Bruta = (1) - (2) - (3) - (4)	4.253.089.915
(6) Depreciação Acumulada	4.129.347.479
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	4.343.523.147
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	7.814.270
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	4.335.708.878
(10) Almoarifado em Operação	2.718.697
(12) Obrigações Especiais Líquida	1.254.530.131
(13) Terrenos e Servidões	18.651.629
(14) Base de Remuneração Líquida Total =(1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	3.102.549.073
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	3,98%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	169.272.979
(19) WACC real antes de impostos	11,25%
(20) Taxa RGR PLPT	0,08%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0,08%
(22) Remuneração de Obrigações Especiais	44.715.207
Remuneração do Capital = (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)+(22)	393.761.285

(\*) valores em unidade de reais

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 19.4 Custo anual das instalações móveis e imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	549.898.783
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	247.454.452
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	65.987.854
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	236.456.477
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	26.609.656
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	13.138.752
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	57.915.461
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	97.663.869

(\*) valores em unidade de reais

### 19.5 Resumo do reajuste tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT (2025) (*)	Receita Verificada (*)
<b>1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>1.983.460.270</b>	<b>1.792.502.649</b>
<b>1.1. Encargos Setoriais</b>	<b>464.626.124</b>	<b>376.381.729</b>
TFSEE	5.128.100	4.911.618
CDE	290.249.994	228.931.532
PROINFA	42.791.037	33.988.582
P&D (Eficiência Energética)	32.967.095	29.127.350
ESS	93.489.898	79.422.647
<b>1.2. Transmissão</b>	<b>299.266.342</b>	<b>269.475.897</b>
Rede Básica	200.186.580	185.408.378
Rede Básica Fronteira	70.657.153	55.602.684
Rede Básica ONS (A2)	659.233	615.429
Rede Básica Export. (A2)	174.915	163.605
Conexão	26.875.725	26.804.627
Uso do sistema de distribuição e CCD	712.736	881.174
<b>1.3. Compra de Energia</b>	<b>1.184.809.914</b>	<b>1.119.302.783</b>
CCEAR Existente	1.029.751.557	946.519.960
Cota Angra I/Angra II	45.156.049	52.636.128
Cotas Lei n° 12783/2013	109.902.308	120.146.695
<b>1.4 Receita irrecuperável</b>	<b>34.757.889</b>	<b>27.342.241</b>
<b>2. PARCELA B</b>	<b>1.510.009.568</b>	<b>1.370.174.169</b>
<b>3. Reposicionamento Econômico</b>	<b>5,20%</b>	<b>-2,62%</b>
<b>4. Componentes Financeiros</b>	<b>3,89%</b>	<b>-3,52%</b>
<b>5. Reposicionamento com Financeiros</b>	<b>9,09%</b>	<b>-6,13%</b>
<b>6. Financeiros Retirados do IRT anterior</b>	<b>4,48%</b>	<b>1,86%</b>
<b>7. Efeito para Consumidor</b>	<b>13,57%</b>	<b>-4,28%</b>

(\*) Valores expressos em unidades de reais

## 20 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresenta no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		41.554	-	41.554	219.586	-	219.586
	20.1/	784.811	34.669	819.480			
Consumidores	20.5.3				727.191	32.832	760.023
Concessionárias e permissionárias	20.1	2.287	(2.287)	-	13	(13)	-
Serviços em curso	20.1	65.615	21.223	86.838	111.946	16.627	128.573
Tributos compensáveis		154.501	-	154.501	139.915	-	139.915
Depósitos judiciais e cauções		189	-	189	189	-	189
Almoxarifado operacional		18.283	-	18.283	9.169	-	9.169
Investimento temporários		908.154	-	908.154	835.893	-	835.893
Ativos financeiros setoriais	20.2	292.932	(184.107)	108.825	203.294	(203.294)	-
Despesas pagas antecipadamente	20.1	5.523	(5.523)	-	3.878	(3.878)	-
Encargos setoriais	20.1	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiro derivativos	20.1	-	-	-	85.469	(388)	85.081
Outros ativos circulantes	20.1	229.172	(58.744)	170.428	167.870	(51.283)	116.587
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.503.021</b>	<b>(194.769)</b>	<b>2.308.252</b>	<b>2.504.413</b>	<b>(209.397)</b>	<b>2.295.016</b>
<b>Não circulante</b>							
Consumidores		109.050	-	109.050	133.673	-	133.673
Serviços em curso		22.487	-	22.487	17.674	-	17.674
Tributos compensáveis		110.256	-	110.256	87.478	-	87.478
Tributos diferidos	20.1/	650.978	(203.686)	447.292			
	20.7				1.063.469	(608.274)	455.195
Depósitos judiciais e cauções		22.936	-	22.936	28.216	-	28.216
Investimentos temporários		82	-	82	73	-	73
Ativos financeiros setoriais	20.2	509.968	(121.632)	388.336	144.161	(141.836)	2.325
Despesas pagas antecipadamente	20.1	1.716	(1.716)	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		20.694	(20.694)	-	52.654	(24.965)	27.689
Benefício pós emprego	20.4	374	-	374	307	-	307
Outros ativos não circulantes	20.1	891	1.717	2.608	896	-	896
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		107	-	107			
					111	-	111
Imobilizado	20.4	5.885.321	(5.885.321)	-	5.389.217	(5.389.217)	-
Intangível	20.4	184.203	3.096.996	3.281.199	155.392	2.746.292	2.901.684
Direito de uso	20.4	-	1.944	1.944	-	2.655	2.655
Ativo contratual	20.4	-	788.907	788.907	-	565.633	565.633
Ativo financeiro de concessão	20.3	-	378.882	378.882	-	276.322	276.322
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>7.519.063</b>	<b>(1.964.603)</b>	<b>5.554.460</b>	<b>7.073.321</b>	<b>(2.573.390)</b>	<b>4.499.931</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10.022.084</b>	<b>(2.159.372)</b>	<b>7.862.712</b>	<b>9.577.734</b>	<b>(2.782.787)</b>	<b>6.794.947</b>

# Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		471.327	-	471.327	408.679	-	408.679
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	837.332	(684)	836.648	756.436	(596)	755.840
Obrigações sociais e trabalhistas	20.1	24.393	(13.740)	10.653	28.410	(18.775)	9.635
Tributos a recolher	20.1 / 20.5.3	214.179	(7.318)	206.861			
Dividendos declarados					126.725	(5.209)	121.516
Provisões para litígios		120.362	-	120.362	69.585	-	69.585
Encargos setoriais	20.1	207.954	-	207.954	44.747	-	44.747
Encargos setoriais	20.1	48.123	-	48.123	90.969	-	90.969
Passivos financeiros setoriais	20.2	184.107	(184.107)	-	340.653	(203.294)	137.359
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	10.875	-	10.875	388	(388)	-
Outros passivos circulantes	20.1	273.957	(24.864)	249.093	246.449	(25.625)	220.824
Contribuição de iluminação pública	20.1	-	20.872	20.872	-	25.629	25.629
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20.1	-	3.992	3.992	-	-	-
Participação nos lucros	20.1	-	16.244	16.244	-	21.405	21.405
Passivo de arrendamento	20.1	-	684	684	-	596	596
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.392.609</b>	<b>(188.921)</b>	<b>2.203.688</b>	<b>2.113.041</b>	<b>(206.257)</b>	<b>1.906.784</b>
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	3.770.331	(1.414)	3.768.917	3.460.207	(2.192)	3.458.015
Benefício pós-emprego		4.387	-	4.387	4.939	-	4.939
Tributos a recolher		275	-	275	574	-	574
Provisões para litígios		125.626	-	125.626	118.965	-	118.965
Encargos setoriais		14.079	-	14.079	20.151	-	20.151
Tributos diferidos	20.7	145.311	(145.311)	-	566.907	(566.907)	-
Passivos financeiros setoriais	20.2	121.632	(121.632)	-	141.836	(141.836)	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	97.721	(20.694)	77.027	24.965	(24.965)	-
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20.5.2	1.650.923	(1.650.923)	-			
Outros passivos não circulantes		19.865	-	19.865	1.765.790	(1.765.790)	-
Passivo de arrendamento	20.1	-	1.414	1.414	33.914	-	33.914
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>5.950.150</b>	<b>(1.938.560)</b>	<b>4.011.590</b>	<b>6.138.248</b>	<b>(2.499.498)</b>	<b>3.638.750</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>8.342.759</b>	<b>(2.127.481)</b>	<b>6.215.278</b>	<b>8.251.289</b>	<b>(2.705.755)</b>	<b>5.545.534</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		633.577	-	633.577	543.433	-	543.433
Reserva de Capital		18.532	-	18.532	16.877	-	16.877
Outros resultados abrangentes	20.4.1	(121.387)	9.439	(111.948)	(127.396)	(25.069)	(152.465)
Reserva de lucros	20.8	1.148.576	(41.330)	1.107.246	863.461	(51.963)	811.498
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		27	-	27	30.070	-	30.070
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.679.325</b>	<b>(31.891)</b>	<b>1.647.434</b>	<b>1.326.445</b>	<b>(77.032)</b>	<b>1.249.413</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>10.022.084</b>	<b>(2.159.372)</b>	<b>7.862.712</b>	<b>9.577.734</b>	<b>(2.782.787)</b>	<b>6.794.947</b>

# Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Resultado	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>4.978.063</b>	<b>1.003.945</b>	<b>5.982.008</b>	<b>4.328.361</b>	<b>782.213</b>	<b>5.110.574</b>
Fornecimento de energia elétrica	20.1 / 20.5.3	3.732.529	511.727	4.244.256	3.665.669	401.774	4.067.443
Suprimento de energia elétrica		50.483	-	50.483	23.501	-	23.501
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		188.969	-	188.969	149.043	-	149.043
Ativos e passivos financeiros setoriais		444.204	-	444.204	(703)	-	(703)
Serviços cobráveis	20.1	5.773	(5.773)	-	5.988	(5.988)	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	20.1	556.105	(556.105)	-	443.330	(443.330)	-
Outras receitas	20.1	-	124.473	124.473	41.533	95.682	137.215
Atualização Ativo Financeiro	20.5.4	-	12.572	12.572	-	725.821	725.821
Receita de construção	20.5.3	-	917.051	917.051	-	8.254	8.254
<b>Tributos</b>		<b>(1.242.214)</b>	<b>2.241</b>	<b>(1.239.973)</b>	<b>(1.133.531)</b>	<b>(258)</b>	<b>(1.133.789)</b>
ICMS	20.1 / 20.5.3	(922.580)	2.241	(920.339)	(817.653)	(258)	(817.911)
PIS-PASEP	20.1	(56.897)	-	(56.897)	(62.459)	-	(62.459)
COFINS	20.1	(262.071)	-	(262.071)	(252.837)	-	(252.837)
ISS		(666)	-	(666)	(582)	-	(582)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(298.982)</b>	<b>(28.522)</b>	<b>(327.504)</b>	<b>(271.330)</b>	<b>(25.864)</b>	<b>(297.194)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(17.409)	-	(17.409)	(14.410)	-	(14.410)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(17.451)	(18)	(17.469)	(14.410)	(113)	(14.523)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(222.685)	-	(222.685)	(230.982)	-	(230.982)
Taxa de fiscalização		(4.930)	18	(4.912)	(4.576)	113	(4.463)
Outros encargos	20.1	(36.507)	(28.522)	(65.029)	(6.952)	(25.864)	(32.816)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>3.436.867</b>	<b>977.664</b>	<b>4.414.531</b>	<b>2.923.500</b>	<b>756.091</b>	<b>3.679.591</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(1.700.053)</b>	<b>(917.051)</b>	<b>(2.617.104)</b>	<b>(1.589.960)</b>	<b>(684.288)</b>	<b>(2.274.248)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(1.323.826)	(376.227)	(1.700.053)	(1.190.472)	(357.955)	(1.548.427)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(376.227)	376.227	-	(399.488)	399.488	-
Custo de construção	20.5.3	-	(917.051)	(917.051)	-	(725.821)	(725.821)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>1.736.814</b>	<b>60.613</b>	<b>1.797.427</b>	<b>1.333.540</b>	<b>71.803</b>	<b>1.405.343</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(822.940)</b>	<b>44.300</b>	<b>(778.640)</b>	<b>(752.329)</b>	<b>33.785</b>	<b>(718.544)</b>
Pessoal e administradores	20.1	(95.595)	764	(94.831)	(84.688)	486	(84.202)
Material	20.1	(11.185)	-	(11.185)	(12.448)	-	(12.448)
Serviços de terceiros	20.1	(298.325)	1.916	(296.409)	(280.292)	2.185	(278.107)
Arrendamento e alugueis	20.1	(4.321)	679	(3.642)	(3.457)	651	(2.806)
Seguros	20.1	(658)	658	-	(496)	496	-
Doações, contribuições e subvenções	20.1	(3.187)	3.187	-	(3.479)	3.479	-
Provisões	20.1 / 20.5.3	(111.776)	67.386	(44.390)	(135.665)	55.969	(79.696)
Perdas na alienação de bens e direitos	20.5	(44.720)	9.732	(34.988)	(28.033)	6.491	(21.542)
(-) Recuperação de despesas	20.1	7.615	(7.615)	-	7.943	(7.943)	-
Tributos	20.1	(1.921)	1.921	-	(1.803)	1.803	-
Depreciação e amortização	20.1 / 20.4.2	(247.704)	44.520	(203.184)	(213.864)	51.037	(162.827)
Custo de construção		-	-	-	-	-	-
Gastos diversos	20.1	(41.483)	36.638	(4.845)	(38.976)	34.870	(4.106)
Outras receitas operacionais	20.1	44.933	(41.904)	3.029	60.719	(50.238)	10.481
Outras despesas operacionais		(14.613)	(73.582)	(88.195)	(17.790)	(65.501)	(83.291)
Outras despesas não recorrentes	20.1 / 20.4.2	-	-	-	-	-	-
Outros gastos operacionais		-	-	-	-	-	-
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>913.874</b>	<b>104.913</b>	<b>1.018.787</b>	<b>581.211</b>	<b>105.588</b>	<b>686.799</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(359.259)</b>	<b>(40.165)</b>	<b>(399.424)</b>	<b>(275.487)</b>	<b>(39.503)</b>	<b>(314.990)</b>
Despesas financeiras		(1.051.226)	(1)	(1.051.227)	(773.002)	-	(773.002)
Receitas financeiras	20.1	691.967	(40.164)	651.803	497.515	(39.503)	458.012
		554.615	64.748	619.363			
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>					305.724	66.085	371.809
Despesa com impostos sobre o lucro corrente		(104.868)	769	(104.099)	(12.404)	-	(12.404)
Despesa com impostos sobre o lucro diferido	20.7				4.568	119	4.687
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>449.747</b>	<b>65.517</b>	<b>515.264</b>	<b>297.888</b>	<b>66.204</b>	<b>364.092</b>

### 20.1 Reclassificações de apresentação das demonstrações societárias

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita operacional, dentre outras.

### 20.2 Consumidores

Os ajustes realizados são oriundos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

### 20.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de reclassificações acerca da forma de apresentação dos ativos e passivos financeiros que para fins societários, são apresentados líquidos de acordo com o efeito apurado entre circulante e não circulante e que para fins regulatórios são apresentados brutos conforme requer o MCSE.

### 20.4 Ativos financeiros de concessão

O ajuste refere-se ao ativo financeiro da concessão no âmbito societário, prática conflitante com as regulatórias, decorre da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, bifurcando assim o ativo imobilizado em duas parcelas:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no VNR classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

## **20.5 Imobilizado, Intangível e Obrigações vinculadas à concessão Serviço Público de Energia Elétrica**

### **20.5.1 Reavaliação compulsória**

O ajuste de reavaliação compulsória refere-se à diferença entre o Valor Original Contábil (VOC) e o VNR do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis dos grupos de ativo imobilizado, intangível e obrigações vinculadas ao serviço público de energia, respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

### **20.5.2 Depreciação e Amortização**

As divergências entre a depreciação regulatória e a societária referem-se à aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão e, ao registro contábil da reavaliação regulatória pela diferença entre o VOC e o valor do bem avaliado e aprovado pela ANEEL em cada ciclo de revisão tarifária.

## **20.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

### **20.6.1 Ativo financeiro**

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Para assegurar a melhor estimativa do valor indenizatório ao término do período concessório, realiza-se mensalmente a revisão do valor justo do ativo financeiro, adotando-se como parâmetro de atualização o IPCA. Esta escolha fundamenta-se no fato de o IPCA constituir um dos principais índices de correção utilizados pelo órgão regulador nos processos anuais de reajuste tarifário.

Em 23 de novembro de 2015, mediante a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, publicada no Diário Oficial da União, efetivou-se a alteração do índice de correção, com a substituição do IGP-M pelo IPCA. Esta mudança considerou igualmente as possíveis variações decorrentes da metodologia de apuração

do Valor Novo de Reposição (VNR), garantindo a devida harmonização com os critérios regulatórios vigentes.

### 20.6.2 Ativo intangível

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

### 20.6.3 Receita e custo de construção (resultado)

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O referido CPC não é aceito na contabilidade regulatória.

### 20.6.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo VNR, é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

## 20.7 Lucros ou prejuízos acumulados

Os ajustes são decorrentes das práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 – Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.

## 20.8 Tributos Diferidos

Refere-se ao tributo diferido pela diferença do resultado, decorrentes do CPC 47 o referido CPC não é aceito pela contabilidade regulatória e da Reavaliação compulsória que não é aceito pela contabilidade societária.

## 20.9 Reservas de lucros

Ajuste pela destinação do saldo residual do lucro regulatório para outras reservas de lucros após realizadas as destinações definidas na Assembleia calculadas com base no lucro societário.

## Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 21 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>1.647.434</b>	1.249.413
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>31.891</b>	77.032
Efeito Reavaliação regulatória compulsória (a)	(9.439)	25.069
Efeito Lucros ou prejuízos acumulados	41.330	51.963
<b>Patrimônio regulatório</b>	<b>1.679.325</b>	1.326.445

(a) Efeito dos ajustes no lucro decorrente das diferenças entre práticas contábeis regulatórias e societárias, conforme descrito na nota 20.1.

### 21.1 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
<b>Lucro líquido societário</b>	<b>515.264</b>	364.092
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(65.517)</b>	(66.204)
Receita de construção - nota 20.6.3	(917.051)	(725.821)
Custo de Construção - nota 20.6.3	917.051	725.821
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - nota 20.6.1	(12.572)	(8.254)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória - nota 20.5.1 / 20.5.2	(45.199)	(51.688)
Perdas (Ganhos) na alienação de bens e direitos - nota 20.6	(9.732)	(6.491)
Efeito IFRS 15 - nota 20.6.3	2.755	348
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis - nota 20.6.1	(769)	(119)
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>449.747</b>	297.888

## 22 Eventos subsequentes

### Liberação de recurso da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures

No dia 13 de fevereiro de 2026, ocorreram as liberações de recursos da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 600.000. A emissão possui prazo de 12 anos, juros semestrais e amortização anual no 9º ano, 10º ano, 11º ano e 12º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de swap para CDI 0,7875% a.a.

### Aumento de capital social

Em 25 de março de 2026, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 206.336, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 20.554, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 107.607 e da Reserva Estatutária no valor de R\$ 78.175, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia

\* \* \*

### **Conselho de Administração**

Augusto Miranda da Paz Júnior  
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

### **Diretoria Executiva**

Humberto Soares Filho  
Diretor

Agnelo Coelho Neto  
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Diretor

Cristiano de Lima Logrado  
Diretor

José Silva Sobral Neto  
Diretor

Armando de Souza Nascimento  
Diretor

Joe Louis Tavares Morra  
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto  
Superintendente de Ativos e Contabilidade  
Contador  
CRC MA-011842/O-3 S-PI